

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.816 - SC (2019/0112181-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : F H
ADVOGADOS : CLAUDIO GASTÃO DA ROSA FILHO - SC009284
NICOLI MORE BERTOTTI - SC025052
MARINA CASAGRANDE CARIONI - SC050375
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CORRUPÇÃO ATIVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 568 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ. PROMESSA DE VANTAGEM INDEVIDA. DESCONSTITUIÇÃO DO JULGADO POR ATIPICIDADE DA CONDUTA. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO DIVERSO. *REFORMATIO IN PEJUS*. NÃO OCORRÊNCIA. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Nos termos da Súmula n. 568, desta Corte, o relator, monocraticamente, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

2. As instâncias ordinárias, com base no acervo probatório dos autos, concluíram que o agravante acordou com os pagamentos ilícitos solicitados, mesmo podendo resistir à proposta, caracterizando a promessa de vantagem indevida, a ser concretizada após a prática do ato de ofício, como, de fato, ocorreu na espécie. Desconstituir o entendimento do Tribunal *a quo*, no sentido de que não restou caracterizada a conduta típica, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada pela Súmula n. 7/STJ.

3. A Corte Estadual observou as circunstâncias fáticas delineadas na sentença e na exordial acusatória, não havendo falar em utilização de fundamento diverso ou *reformatio in pejus*.

4. Agrado regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agrado regimental.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado

Superior Tribunal de Justiça

do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.
Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

